



## RESISTÊNCIA CAIÇARA: AS LUTAS PELA PERMANÊNCIA NA PRAIA DO SONO (RJ)<sup>1</sup>

Larissa Gândara Simão<sup>2</sup>

### RESUMO

A história dos povos tradicionais no Brasil, em específico as comunidades caiçaras, é marcada por lutas, conflitos e resistências. Muitas dessas lutas aconteceram a fim de garantirem suas permanências nos lugares em que se encontram e, sobretudo, para manterem vivas suas culturas, valores e tradições. Diversos lugares que habitavam foram transformados em Unidades de Conservação, como é o caso da Praia do Sono. Neste contexto, o trabalho teve como objetivo compreender as principais lutas travadas pela permanência no território, através das experiências narradas por eles. Assim, pesquisou-se a criação da Reserva Ecológica na década de 1990, que abrangeu a Praia do Sono e é descrita como *non edificandi*, necessitando ser recategorizada para atender ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a luta pela continuidade de suas expressões identitárias no território do qual se apropriaram há muitos anos. Os resultados observados expressaram as experiências profundas do entrelaçamento do caiçara com o seu território e também que não importam quais sejam as lutas e quanto tempo durarão, a população residente ali resistirá no seu território, adaptando seus modos de existência a partir da dinâmica e da fluidez do tempo presente.

Palavras-chave: Povos Tradicionais, Conflitos, Unidades de Conservação, Reserva Ecológica Estadual da Juatinga.

### ABSTRACT

The history of traditional peoples in Brazil, specifically the caiçaras communities, is marked by struggles, conflicts and resistance. Many of these took place not only in order to ensure their stay on the sites where they still reside, but also so that their culture, values and traditions would be preserved. Many of the sites they used to live in were turned into Protected Areas, as the case of the “Praia do Sono”. In this context, the aim of work was to understand their main struggles for being entitled to stay on their lands through experiences reported by themselves. Thus, the most relevant struggles were covered, which are: the creation of the Ecological Reserve (Reserva Ecológica) in the 1990s, which involved the Praia do Sono and is described as *non edificandi*. It also required to be recategorized in order to meet the requirements set by the National Units Preservation System and they also struggle for the maintenance of their identity manifestations in the territory they took over many years ago. The results have shown the profound experiences of the intertwining between the caiçara and their land, as well as regardless of whatever struggles or how long they may last for, the resident population will resist there by adapting their way of living from the dynamics and fluidity of time.

Keywords: Traditional peoples, Conflicts, Preservation Units, State Ecological Reserve of Juatinga.

### INTRODUÇÃO

<sup>1</sup> Resultado da dissertação de mestrado da autora intitulada “Histórias de resistência pela permanência no lugar e a poética do pertencimento: vivências caiçaras da Praia do Sono (RJ)”, com financiamento do CNPq.

<sup>2</sup> Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Rio Claro/SP, [larissasimao@yahoo.com.br](mailto:larissasimao@yahoo.com.br)



A Praia do Sono, que recebe esse nome, segundo seus moradores, por se localizar em um vale onde o dia amanhece mais tarde e o sol se põe mais cedo fazendo com que as pessoas durmam mais tempo, é o local onde vive uma comunidade de caiçaras que mantém sua existência baseada nos ensinamentos que lhe foram passados há anos, mas que, em contrapartida, não se cristalizaram, pelo contrário, acompanham e dialogam com o presente, mantendo seus vínculos sociais e rituais simbólicos que cultivam com o ambiente biofísico.

O Sono é um dos núcleos de ocupação da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REEJ), em Paraty (RJ), uma unidade de conservação (UC), criada em 1992 em um território já habitado por comunidades tradicionais. A criação de UCs pode trazer conflitos socioambientais quando a implantação é feita verticalmente, sem consultar as pessoas que já viviam ali anteriormente. Essa dicotomia criada entre comunidades tradicionais e áreas protegidas geram conflitos territoriais que culminaram, e ainda culminam, em expropriações e expulsões.

A REEJ ainda possui uma singularidade, pois é considerada como *non edificandi*, já que Reservas Ecológicas não constam no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000). Depois da criação do sistema, a REEJ tinha o prazo de dois anos para se recategorizar, no entanto, isso não foi concluído até hoje.

A reserva e outras UCs na região foram criadas com o intuito de proteger a área do aumento dos interesses econômicos e dos maciços investimentos públicos em projetos de infraestrutura trazidos pela construção de rodovias que acarretou na intensa especulação imobiliária. Na década de 1950, quando a estrada interestadual Paraty-Cunha começou a ser construída e, também a Rio-Santos (BR-101), inaugurada em 1974, foram consideradas frentes de expansão desenvolvimentista com o intuito de integrar o país, no entanto, começaram a rasgar as belas paisagens até então preservadas, chegando a lugares isolados, afirmando ser isso o progresso.

A construção das estradas trouxe para a região um dos grileiros de terras mais famosos do país, Gibrail Nubile Tannus, que comprou, na década de 1950, uma fazenda próxima à Praia do Sono e construiu uma estrada particular que a ligava até a praia, realizando, já em meados de 1960, diversas atrocidades para tentar adquirir toda a área.

As investidas pela conquista dessas terras não pararam por aí, pois, em 1972, uma multinacional comprou a Fazenda Laranjeiras, onde hoje se localiza o condomínio Laranjeiras e a dividiu em glebas. Por meio de contratos e ameaças, a companhia comprou as casas dos moradores que viviam dentro da fazenda e da Vila de Trindade, fundos da fazenda e construiu



o condomínio, ponto que dá acesso ao Sono. Desde então, a segregação socioespacial marca o dia a dia dessa região, sendo estabelecidas regras de convivência impostas pelo lado dos grandes milionários.

Dentro deste contexto se dedicou a compreender, através de narrativas das experiências caiçaras, a importância das lutas travadas para garantir a permanência no território. Assim, pesquisou-se: a construção de rodovias nas últimas décadas do século XX, responsáveis pela chegada da especulação imobiliária que atingiu a região e a criação da Reserva Ecológica na década de 1990, como tentativa de barrar os investimentos imobiliários.

Enfrentando grilagens de terras e, mais recentemente, as imposições do condomínio, os caiçaras do Sono lutam pela continuidade de suas expressões identitárias no território do qual se apropriaram há muitos anos. Assim, a partir das histórias de vivências e experiências por eles contadas, foi possível perceber como se territorializaram-se e a importância desse território para eles.

## **METODOLOGIA**

No intuito de alcançar os objetivos propostos a pesquisa dividiu-se em duas etapas: a primeira foram pesquisas bibliográficas e imersão em literaturas e outras expressões artísticas, produzidas por caiçaras, como poemas e músicas, com a intenção de aprofundar o tema, além dos levantamentos secundários em endereços eletrônicos.

Na segunda etapa deram-se os trabalhos de campo para a Praia do Sono. Foram realizados três trabalhos de campo a fim de se aproximar da população e perceber como se dá aquele lugar durante as vivências cotidianas, descrevendo as percepções e tentando se aproximar ao máximo das mesmas lentes usadas por quem ali vive, captando os sentidos e sentimentos em relação à sua terra, para uma aproximação do sujeito com o objeto, que acontece na relação, permitindo que o fenômeno se revele e que o investigador experiencie e reflita sobre o território. Foram colhidas dez entrevistas com moradores levando em conta uma abordagem qualitativa, que possibilita uma análise de conteúdo, através de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico, a fim de compreender as experiências da população tradicional sobre diversos pontos que caracterizam este trabalho.

Assim, a escolha pelo método de pesquisa a partir da história oral se deu por ser uma técnica que se utiliza das entrevistas para registrar narrativas das experiências humanas e, desta forma, produzir conhecimento. Esse conhecimento é consolidado à medida que



entendemos a história oral como um procedimento metodológico interdisciplinar que segundo Meihy; Holanda (2007, p. 64), “é um processo de registro de experiências que se organizam em projetos que visam formular um entendimento de determinada situação destacada na vivência social”. A história oral valoriza as experiências e a preciosidade da descoberta presente nos diálogos se tornando uma “(...) alternativa coerente com o tempo do vivido, privilegiado pelos aparelhos dispostos pela tecnologia moderna para capturas documentais” (MEIHY, 2010, p. 180).

Um dos gêneros da história oral é a história oral temática que parte de um assunto específico e preestabelecido a fim de ser esclarecido e desvendado. Portanto, na história oral temática, a fala dos entrevistados é fundamental, pois ela ressalta os detalhes da história pessoal de quem a narra e, visto que, em uma sociedade oral, como a comunidade caiçara, os saberes tradicionais e a própria história de seu povo são transmitidos verbalmente, de uma geração para outra. Desta forma, a oralidade se consagra como a essência da continuidade do ser.

Para Meihy; Holanda (2007), a história oral se fundamenta em uma dimensão social, que abrange a memória coletiva e a identidade social. Portanto, os sujeitos entrevistados reconstituem, pelo crivo da memória, o seu ser e estar no mundo, como pertencentes e representantes de uma coletividade, transcorrida na questão identitária comum a uma sociedade.

Desta forma, as entrevistas seguiram um roteiro que foi planejado previamente ao campo, com base nos objetivos de análise da pesquisa e também a partir dos dados secundários que já haviam sido analisados.

A definição dos entrevistados ocorreu baseada nos objetivos propostos, já que para compreender o território para esses caiçaras, é relevante entender as principais “batalhas” enfrentadas na garantia da permanência de seu território. Assim, procurou entrevistar alguns moradores que eram liderança para falarem sobre a criação da Reserva Ecológica e moradores que se recordassem dos episódios da chegada do “progresso”, os contratos de comodato feitos por Gibrail e a construção de Laranjeiras.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Superando a visão tradicional, o território passou a ganhar um novo enfoque a partir da década de 1980, entendendo sua fluidez e constituições que ultrapassam a noção de poder intimamente ligada a ele. Com isso, além do cunho político e econômico ele passou a agregar



uma visão cultural. Bonnemaïson (2002), geógrafo francês, trouxe para o debate um enfoque cultural, considerando os agentes sociais do território e suas territorialidades segundo o vivido, auxiliando os trabalhos da Geografia Cultural, afirmando que “um território é [...] um tipo de relação afetiva e cultural com uma terra, antes de ser um reflexo de apropriação ou de exclusão do estrangeiro” (BONNEMAISON, 2002, p. 101).

Para o autor (2002, p. 86), o território possui uma função social e uma função simbólica. Essa imaterialidade presente no território marca a cultura e, devido à existência desta, é “que se cria um território”. Cultura e território não podem ser dissociados, segundo Bonnemaïson (2002), pois o segundo depende do primeiro para ser criado e constituído. É pela cultura que uma sociedade revela suas simbologias e, assim, se consolida em um território, deixando suas marcas e se expressando.

Assim, essa expressão do vivido, a territorialidade é “[...] compreendida muito mais pela relação social e cultural que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território do que pela referência aos conceitos habituais de aproximação biológica e de fronteira” (BONNEMAISON, 2002, p. 99-100). A territorialidade ultrapassa a simples ideia da ocupação geográfica, delimitando a terra como abrigo e expressando a existência desses conhecimentos tradicionais, desses símbolos responsáveis por marcar a identidade de um povo.

A territorialidade de um grupo ou de um indivíduo não pode se reduzir ao estudo de seu sistema territorial. A territorialidade é a expressão de um comportamento vivido: ela engloba, ao mesmo tempo, a relação com o território e, a partir dela, a relação com o espaço “estrangeiro”. Ela inclui aquilo que fixa o homem aos lugares que são seus e aquilo que o impele para fora do território, lá onde começa “o espaço” (BONNEMAISON, 2002, p. 107).

Para Saquet (2009, p.83), geógrafo brasileiro, “o espaço é indispensável para a apropriação e produção do território”. O autor entende as dimensões políticas, econômicas, culturais e ambientais agindo diretamente na formação dos territórios e essas dimensões citadas por Saquet (2009) também são incorporadas pela territorialidade, segundo Haesbaert (2005). Para ele, a dimensão cultural ainda merece destaque, já que todo território, além de funcional é simbólico, já que “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar funções quanto para produzir significados”. (HAESBAERT, 2005, p. 6676).

Desta forma, a partir das últimas décadas do século XX, fica evidente a mudança de enfoque nos estudos sobre território com a incorporação da dimensão cultural em sua análise. Nota-se a presença tanto da materialidade quanto da imaterialidade nas suas concepções,



fortalecendo a visão simbólica do mesmo. Portanto, território é constituído de simbolismos, identidades e memórias pela comunidade que o habita.

Portanto, assegurados pelo Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que afirma que os territórios tradicionais se constituem em “espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (BRASIL, 2007, p. 1) e também pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (BRASIL, 2019<sup>3</sup>), da qual o Brasil é signatário, as comunidades tradicionais têm garantido o direito à autoidentificação e ao território, base de reprodução e fonte de recursos, além do valor simbólico e afetivo.

Essas comunidades tradicionais caracterizam-se por possuírem uma forte ligação territorial constituída sobre um trabalho coletivo, podendo ser vistas como forte aliadas da conservação da biodiversidade, pautando essa análise em uma exploração de recursos limitada para sua subsistência, baseada na agricultura, principalmente de mandioca e banana e da pesca artesanal. Atualmente, a base da sua economia tem-se alterado, consolidando o turismo como principal atividade em várias comunidades tradicionais, devido à abertura de rodovias e à chegada da especulação imobiliária, como é o caso da REEJ.

Assim, o caboclo do litoral, conhecido como caiçara, recebe essa designação devido ao resultado da convergência de diversos fatores de ordem histórica, geográfica, política e econômica. Eles provêm da miscigenação entre o colonizador português e o indígena do litoral, desde o século XVI, segundo Adams (2000), ocupando territórios e desenvolvendo suas culturas.

Portanto, a cultura caiçara e o conhecimento tradicional proveniente dela são fundamentais para a formação de sua identidade. “A identidade caiçara é uma identidade territorial de resistência simbólica, mais relacionada ao passado que as possibilidades de um futuro” (CALVENTE, 2015, p. 154).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

---

<sup>3</sup> O Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019, que consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil revogou o Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 que promulgava a Convenção nº169 da Organização Internacional do trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.



O histórico de lutas das comunidades tradicionais pela manutenção da sua cultura e garantia da permanência em seu território transcorre gerações e se faz presente no dia a dia de muitas dessas comunidades. Assim, o território, enquanto necessidade ontológica representando as profundas relações homem-terra é um dos pontos-chave para entendermos os conflitos travados pelos caiçaras da Praia do Sono (Figura 01) e todos os vieses por trás de sua criação.

Figura 01: Vista da Praia do Sono no mirante.



Fonte: Foto da autora, 2020.

O território expressa como vivemos, expressa nosso relacionamento com a terra, expressa como nos apropriamos do espaço e exprimimos nossa permanência neste, nossa existência (Figura 02).



Figura 02: Os dias no Sono.



Fonte: Foto da autora, 2020.

Os acontecimentos passados, presentes na memória coletiva de quem viveu o fato ou então de quem ouviu os mais antigos contarem, são fundamentais na compreensão das lutas pela permanência nesse território. As ameaças e perseguições sofridas no passado ainda estão presentes em suas lembranças. O medo de ter que deixar esse território ou então de serem expulsos marcou as falas dos caiçaras entrevistados. Independente da idade, eles sabem as ameaças que sofreram ou então que seus pais ou avós passaram e relatam, ansiosos, essas experiências vividas ou então contadas pelas gerações anteriores.

O Sono tá como local indefinido ainda de dono, tão numa briga lá em Brasília, então a gente tá lutando pra ganhar nosso território, porque todo mundo tem medo. Então nós tamo ainda na luta, o negócio não acabou, só que eles tem que entender que nós tamo aqui há muitos anos, mas quem toma as decisões nunca vieram no nosso lugar, quem fala que nós não somos caiçaras nunca vieram ver o dia com a gente, quem toma a decisão se a pesca da cavala é em tal época, o cara nunca pescou cavala na vida, então, tipo, se um cara lá em cima chega um papel pra ele falando que não somos mais caiçara ele assina, aí vem polícia cumprir sua tarefa e tira nós. Como era antigamente na época do Gibrail, ele fazia um papelzinho pro povo ingênuo, trazia os jagunços armados e tá aqui o papel, o pessoal na época via o papel e tinha medo. Hoje não, hoje somos cabeça, só que se um cara lá de cima fizer um trato aí lascou, tira nós daqui. Então nós ainda tá lutando pra conseguir nosso direito de terra. Eles entra com muito dinheiro mesmo e nós somos carente, tamo brigando com os mais fortes do Brasil, tem até agência de



turismo que quer entrar aqui, então é uma briga constante, cada dia que você acorda, você sendo liderança [na época da entrevista, Sérgio era presidente da Associação dos Barqueiros e membro da Associação de Moradores], todo dia você acorda com uma briga pra briga. E tem muito morador que ainda não sabe disso, acham que a terra é nossa, é nossa mesmo, só que os caras podem tá tomando da gente. É muito triste isso, a gente perde várias coisas pra gente que não sabe da nossa realidade. Eles julgam a gente (SÉRGIO DOS REIS CONCEIÇÃO, 2019).

Nota-se então que, não basta entender o território apenas como político e material faz-se necessário entender a imaterialidade presente, fruto de sociedades que deixam suas marcas, histórias e simbologias, a fim de se expressarem e fazerem de um determinado espaço seu território.

Segundo De Paula (2011, p. 108), há uma lacuna de estudos sobre o território enquanto fenômeno vivido, o que mais se aproximaria dessa discussão seria sua “dimensão vivida na forma de territorialidade”. Territorialidade vista aqui como uma das faces através da qual se pode olhar o território e que expressa sua vivacidade na memória coletiva. Essa dimensão do vivido apresentada no sentido do que acontece no território, suas dinâmicas internas, seus valores.

Territorialidade, comumente, referencia características e dinâmicas daqueles que vivem no território, como: apropriação, desenvolvimento de identidades, sentimento de pertencimento (BRUNET; FERRAS; THERY, 1993). Assim, territorialidade diz respeito à dimensão vivida na medida em que denota fatores que acontecem nas relações mais diretas entre as pessoas e o espaço. A territorialidade é o qualitativo de qualquer fenômeno territorial, independente da escala dele. A distinção entre territórios oriundos da dimensão vivida e a territorialidade está no papel que a dimensão vivida tem dentro destas noções (DE PAULA, 2011, p. 109).

Little (2002, p.3) enxerga “a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’” e entende que essa territorialidade não se faz presente nas leis ou títulos, mas “se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território” (LITTLE, 2002, p. 11).

A partir disso, o território das populações tradicionais se baseia em séculos de efetiva ocupação carregando uma importância histórica às suas reivindicações, como é o caso da Praia do Sono, onde os caiçaras se apropriaram de um território, territorializaram-se e, ainda hoje, sofrem com estratégias, por parte de grandes agentes econômicos, para desterritorializá-



los. Portanto, quando impedidos de ocupar seus territórios e criarem seus lugares, coloca-se em risco mais do que o habitar, coloca-se em risco a própria existência.

Logo, é do próprio viver a dimensão vivida - das ações do homem sobre uma porção do espaço - que surgem os territórios. “Assim, a dimensão vivida não é apenas uma face do fenômeno, ela o funda” (DE PAULA, 2011, p 109). Refletindo sobre este trecho, podemos entender que foi assim que se constituíram diversos territórios, entre os povos caiçaras, que ocuparam e se apropriaram de um espaço e, que com o passar do tempo e de suas vivências sobre esse espaço, criou-se o território, habitado por eles até os dias de hoje, além da identidade e do vínculo afetivo, lutando pela sua defesa e permanência no mesmo. Desta forma, o território se torna indispensável para a reprodução e construção dos aspectos socioculturais de uma determinada população.

As comunidades tradicionais têm garantido o direito à autoidentificação e ao território, base de reprodução e fonte de recursos, além do valor simbólico e afetivo, no entanto, o território que habitam ainda precisa ser recategorizado. Uma das primeiras recategorizações cogitadas para a área foi transformá-la em parque e delimitar as vilas caiçaras como sendo de Uso Sustentável. No entanto, a ideia de parque assustou alguns caiçaras pelo fato da quantidade de regras para serem seguidas, voltadas totalmente para a preservação.

Aqui no Sono, o Meio Ambiente queria mudar a reserva do Sono pra Parque Nacional, só que os caiçara não aceitaram e nós não vamo aceitar ser Parque Nacional porque aqui não podemos construí nada, não podemos desmancha uma coisinha, não vamo poder melhorar nossa casa, porque se virar Parque Nacional não vai poder mexer em nada, então nós não aceitemo, eles vieram aqui querer mudar essa história aqui. Outra coisa é que eles proibiro nós de plantar alguma coisa aqui, que nós queria plantar um feijão, mas eles proibiro. Lá em cima, perto do poço do jacaré são uma baixada imensa que vai embora, dá pra construir muita casa, inclusive o pessoal daqui pegou um pedaço, pra plantar, criar galinha, limpemo tudo, rocemo tudo, só que daí o meio ambiente veio e embargaro tudo. O INEA que fala onde a gente pode fazer a cozinha, os banheiro do camping, pra não sujar o riozinho, então eles andaram proibindo, pra não fazer nada em beira de córrego, nem fossa, nem caixa d'água. O pessoal do meio ambiente vem aqui, uma vez no mês eles vem ai fazer reunião com o pessoal, chama o presidente da associação pra passar os detalhe aqui do lugar, o que que tá acontecendo, o modo de construir, a maneira de trabalhar na praia, sobre o lixo, tem que manter a ordem do barco vi pegar, o dia certo, quem tem bar na beira da praia, restaurante tem que ter o latão de lixo certinho, ó é uma série de regras que eles passa aí, tudo isso é feito na associação, as reunião é tudo ali (EUZÉBIO JOSÉ ALBINO, 2019).

Há pouco tempo acreditava-se que a REEJ seria recategorizada em Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), visto que seus objetivos e características condizem com



a realidade da praia e, principalmente, da comunidade caiçara que ali vive. Atualmente, analisa-se a possível mudança da REEJ para uma Reserva Extrativista (RESEX), pois os caiçaras acreditam que traria mais visibilidade para o que é tradicional da comunidade, abrangeria com mais eficiência a terra e o mar, conservaria, por exemplo, a pesca artesanal e afastaria os barcos grandes da pesca industrial.

Há uns anos atrás, uns cinco, seis anos atrás eu acho, a gente começou a trabalhar na recategorização da REEJ, que era pra ser recategorizada em 92, mas isso nunca foi feito e aí a gente começou a brigar por uma RDS que é uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável e isso tá lá até hoje, teve uma audiência pública que deu uma briga danada, porque do jeito que eles queriam a gente não queria e aí teve a proposta também de se criar parques ao redor, tipo fazer um miolo da RDS e parques em volta, só que eu não sou contra parques não, eu acho que Antigos [praia vizinha do Sono, totalmente desabitada] tinha que ser um parque, até pra proteger ele do jeito que tá. Pra mim proteção é tudo que a gente quer. Porque se tivesse uma área de parque inibe muito as pessoas, quem tem direito tem, e tem que respeitar, aqui não pode construir gente de fora, não pode vender e pronto. Então tá nessa história de recategorização ainda, o INEA quer fazer uma outra unidade que eu nem sei que unidade é ainda, porque eles não apresentaram pra gente ainda, só que eu tô com uma proposta, junto com o pessoal de Trindade da gente criar uma RESEX, criar de Trindade pra cá, porque lá também tem área de parque e eles passam por esses problemas e essa questão da RESEX dá muita visibilidade pro tradicional, ela te dá o direito de pescar seu peixe, tira esses barcos grandes, aí você pode abranger o mar e a terra, então a gente tá com essa proposta nova. Mais pra frente, quando o INEA vim com a proposta a gente quer ir com outra. Porque antes, quando a gente quis a RDS a gente não tinha essa visão da RESEX, só que de um tempo pra cá eu fui representante do caiçara do Brasil em Brasília, da Comissão nacional, onde se junta todos os povos e comunidades do Brasil e eu sou fundadora do Fórum de Comunidades Tradicionais junto com o pessoal do quilombo [o quilombo do Campinho fica próximo ao Sono], então a gente precisa fazer com que o nosso povo entenda essa proposta nova, porque na época falaram pra gente que era inviável fazer uma RESEX e era melhor uma RDS, então a gente achou que fosse melhor fazer uma RDS, mas já que a gente pode mudar pra outra então a gente quer uma RESEX, mas ainda tem que amadurecer primeiro na cabeça das lideranças, porque dá um trabalho, fazer que a comunidade entenda (LEILA DA CONCEIÇÃO, 2019).

O fato é que essa discussão toda está caminhando bem lentamente e as propostas de ambos os lados ainda precisam ser analisadas para se chegar a melhor opção, aquela que atenda de forma satisfatória as necessidades dos caiçaras e o modo de vida dos mesmos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**



Por meio das narrativas caiçaras pode-se comprovar que esse lugar, palco das vivências caiçaras, se consolidou há anos como o território dessa comunidade, que a vê como seu lar, que defende, luta e resiste. É lugar da expressão de sua cultura, da sua identidade, onde se estabelecem profundos laços topofílicos.

Observou-se também que esse processo de especulação impensado, iniciado com a construção de rodovias, ocasionou alguns impasses para os indivíduos que ali residem. A criação da REEJ, como forma de barrar a especulação imobiliária da área também não apresentou os resultados desejados, trazendo empecilhos para os caiçaras. Logo, notou-se a importância das lutas pela garantia de permanência no território, como lugar de manifestação de sua cultura que é representado e narrado por laços topofílicos, a partir de uma intensa geograficidade constatada em campo.

Também quanto à reserva, constatou-se que ela cumpriu, em partes, com seus objetivos pensados durante sua criação. Ela freou a especulação imobiliária, barrando possíveis empreendimentos que viessem a ser construídos no local, no entanto, as restrições ambientais são muitas e isso acaba afetando os caiçaras, que deixam de realizar obras de melhorias nas suas casas e quiosques ou até mesmo deixam a praia para morarem na cidade, por conta das facilidades encontradas por lá. Quanto à recategorização, será necessário aguardar as propostas entre INEA e comunidade para verificar se ela será fator determinante para uma menor tensão entre ambas as partes, no entanto, cabe ressaltar que os moradores da Praia do Sono não cogitam sair de seu território, visto que residem ali desde muito antes da criação da reserva.

Conclui-se ressaltando a importância das discussões socioambientais para a Geografia e para toda a sociedade em um geral, fortalecendo e dando voz a histórias como essas que foram contadas aqui, jornadas de resistências e visibilidade a comunidades tradicionais e seus saberes transmitidos através da oralidade.

Assim, encerrando aqui essas narrativas, que continuam potentes em seus lugares de existência, nota-se que os caiçaras desfrutam, de fato, de uma liberdade e de uma riqueza que não podem ser contabilizadas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ADAMS, C. *Caiçaras na Mata Atlântica*: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORREA, R.L.; ROSENDAHL, Z. *Geografia cultural*: um século. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002. p.83-132.



BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2000.

BRASIL. *Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, fev. 2007.

BRASIL. *Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019*. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Brasília, nov. 2019.

CALVENTE, M. del C. M. H. *No território do azul-marinho*. A busca do espaço caiçara. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: USP, Dep. De Geografia, 1993.

\_\_\_\_\_. *Questões sobre identidade territorial caiçara e turismo de base local*. Revista da ANPEGE, v. 11, p. 151/16-172, 2015. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs2.4.6/index.php/anpege08/article/view/438>. Acesso em 17 out. 2019.

DE PAULA, F. C. *Sobre a dimensão vivida do território*: tendências e a contribuição da fenomenologia. GeoTextos, v. 7, n. 1, jul. 2011. p. 105-126.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 6774-6792. Disponível em [http://planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert\\_multi.pdf](http://planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf). Acesso em 23 jun. 2019.

LITTLE, P. E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil*: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia 322. Universidade de Brasília, 2002. Disponível em [https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle\\_\\_1.pdf](https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf). Acesso em 18 nov. 2020.

MEIHY, J. C. S. B. Provocações: memória, história oral e história. In: *Oralidades*: Revista de História Oral. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. - Ano 4, n. 8. São Paulo: USP - NEHO, 2010. p. 177-191.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. *História oral*: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

SAQUET, M. Abordagens e Concepções de Território. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Saveiro. *Territórios e Territorialidades. Teorias, processos e conflitos*, São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.